

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cooperados da
Unimed Belém - Cooperativa de Trabalho Médico

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Belém - Cooperativa de Trabalho Médico ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no item "Limitações de escopo" e pelos efeitos dos assuntos descritos no item "Desvios de práticas contábeis" descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Belém - Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião com ressalvas

Limitações de escopo

Ausência de revisão para parcela das vidas úteis remanescentes e ajuste de inventário físico do ativo imobilizado

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa mantém saldo do ativo imobilizado líquido no montante de R\$77.385 mil (R\$66.151 mil em 31 de dezembro de 2018). Para uma parcela desse saldo do ativo imobilizado, líquido da depreciação acumulada, no montante de R\$33.850 mil (R\$38.805 mil em 31 de dezembro de 2018), assim como a respectiva depreciação no resultado do exercício findo nessa data no montante de R\$2.733 mil (R\$2.442 mil em 31 de dezembro de 2018), a Cooperativa não efetuou a revisão da vida útil remanescente, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 27 - "Ativo Imobilizado".

Adicionalmente, a Cooperativa registrou no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$3.679 mil decorrente de ajuste de inventário físico do ativo imobilizado, para o qual não foi possível identificar o período de competência correto desse ajuste. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário no saldo parcial do ativo imobilizado, líquido da depreciação acumulada, no montante de R\$33.850 mil (R\$38.805 mil em 31 de dezembro de 2018) e nas respectivas depreciações e ajustes decorrentes de inventário físico no resultado dos exercícios findos nessas datas no montante de R\$6.412 mil, (R\$2.442 mil em 31 de dezembro de 2018) caso os referidos controles e as análises tivessem sido disponibilizados.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Atos cooperativos e não cooperativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e anteriores, a Cooperativa não nos apresentou documentação para suportar o critério da segregação dos atos cooperativos principais, atos cooperativos auxiliares e atos não cooperativos utilizados pela Cooperativa para a apuração e tributação de imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, de forma a estarem consistentes com os requerimentos da legislação fiscal aplicável, apresentados e mencionados nas notas explicativas nº 19 e nº 30 às demonstrações financeiras. Consequentemente, para os exercícios compreendidos entre 2018 e 2015, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário na apuração do imposto de renda e da contribuição social da Cooperativa, caso os referidos controles e as análises tivessem sido disponibilizados.

Créditos com cooperados

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 8 e nº 15 b às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa mantém registrado na rubrica "Créditos com cooperados" o montante de R\$17.542 mil (R\$35.361 mil em 31 de dezembro de 2018), decorrente da transferência da responsabilidade de pagamento das obrigações legais, que trata da Instrução Normativa nº 20, emitida em 20 de outubro de 2008, pela ANS; esses valores foram registrados em contrapartida da rubrica "Tributos parcelados". A Cooperativa não vem realizando esses créditos por meio de ingresso de recursos dos cooperados, mas registra, no resultado de cada exercício, a parcela equivalente ao pagamento das respectivas obrigações legais. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior nos montantes de R\$4.129 mil, R\$13.413 mil e R\$17.542 mil, respectivamente (R\$4.264 mil, R\$31.097 mil e R\$35.361 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o resultado líquido do exercício findo nessa data está apresentado a menor no montante de R\$21.439 mil, antes dos efeitos tributários.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

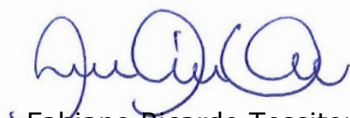
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração e com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 17 de abril de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fabiano Ricardo Tessitore
Contador
CRC nº 1 SP 216451/O-1